

**Portfólio de
CURSOS E
TREINAMENTOS**

APRESENTAÇÃO



ESCOLA NACIONAL FAZENDÁRIA - FENAFIM

A ENAFF é uma organização de planejamento, gestão e realização dos programas e projetos de capacitação da FENAFIM e tem as seguintes finalidades:

- *Funcionar como um centro de estudos fiscais, tributários e de gestão fiscal, destinado ao desenvolvimento, qualificação e capacitação técnica dos servidores fazendários e das Administrações Tributárias municipais;*
- *Firmar convênios e parcerias com as Secretarias Municipais de Fazenda e Finanças e também com instituições do setor público e privado;*
- *Desempenhar um papel de destaque nas discussões em matéria fiscal e tributária em âmbito nacional;*
- *Interagir com a sociedade, promovendo ações e programas de disseminação da cultura da cidadania tributária e educação fiscal informando sobre a importância do tributo para a sociedade e o Estado.*



NOSSO DIFERENCIAL

- Equipe de instrutores altamente experientes e qualificados;
- Conhecimento das rotinas e procedimentos das Administrações Tributárias dos municípios;
- Capacidade de formatar cursos e treinamentos moldados e adequados de forma específica para os servidores dos fiscos municipais;
- Capacidade de firmar parcerias institucionais com as Administrações Tributárias dos municípios, colaborando para o seu aprimoramento técnico e capacitação de seus quadros de servidores fiscais.

OUTRAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTOS e CONTRATAÇÕES

📍 Setor Comercial Sul | Quadra 07 | Bloco A | nº 100
Sala 507 | Edifício Torre do Shopping Pátio Brasil
Asa Sul | CEP: 70307-902 | Brasília/DF

📞 (71) 99197-1151

✉️ escola@fenafim.org.br

🌐 www.escola.fenafim.org.br



LANÇAMENTO!

CURSO REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação e Fiscalização do IBS



Com a aprovação da Reforma Tributária através da EC 132/2023 surge um novo Sistema Tributário Nacional que será construído com a implementação de leis complementares e novos sistemas tributários. O novo Sistema Tributário Nacional trará uma mudança de paradigmas e vai requerer de todos aqueles que atuam na área fiscal, principalmente as Administrações Tributárias, uma ampla gama de novos conhecimentos, qualificação e aprimoramento técnico para dar conta dos novos desafios que virão com a implementação na prática da Reforma Tributária.

OBJETIVOS

- O curso abordará de forma objetiva e prática as principais inovações e implementação da Reforma Tributária - EC 132/2023 e suas Leis Complementares.
- Apresentar e analisar os principais impactos para as finanças dos municípios.
- Demostrar como os municípios e suas administrações tributárias devem se preparar e adaptar para os novos desafios que virão com a implementação da R.T.
- Qualificar auditores e fiscais tributários municipais e outros profissionais que trabalham na área tributária para atuarem em um novo Sistema Tributário que surge com a R.T.

METODOLOGIA E CARGA HORÁRIA

O curso será no formato online ao vivo, via plataforma de videoconferência, com 60 horas/aula.

PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

Auditores e fiscais tributários, gestores das administrações tributárias, secretários de fazenda/finanças, procuradores municipais, julgadores administrativos, consultores tributários e outros profissionais que atuam na área fiscal/tributária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Disposições gerais e conceitos do IBS e CBS.
- Fato Gerador do IBS e da CBS.
- Local da Operação.
- Base de Cálculo e Alíquotas.
- Sujeição Passiva.
- A não cumulatividade.
- Fornecimento de bens para uso e consumo pessoal.
- Compras Governamentais.
- Cadastro e Documento Fiscal Eletrônico.
- Apuração, Pagamento e Ressarcimento.
- Disposições Transitórias.
- Incidência sobre importações.
- O IBS nas exportações.
- Regimes especiais.
- Cashback.
- Regimes Diferenciados.
- Regimes Específicos.
- A Administração do IBS.
- Harmonização do IBS e CBS.
- A Fiscalização do IBS.
- A cobrança.
- Alíquotas na transição.
- Reequilíbrio de contratos.
- O Comitê Gestor: Funcionamento e Atribuições.
- Forma de organização do Comitê Gestor.
- O Contencioso Administrativo.
- A distribuição do produto da arrecadação do IBS.
- O que muda no IPTU.
- O que muda no ITBI.
- O que muda na COSIP.

CURSO

INTELIGÊNCIA FISCAL

com Power BI

A era da informação já é uma realidade entre nós. Pessoas, empresas e entes públicos geram e recebem dados a todo instante e de forma cada vez mais diversa e volumosa.

Saber lidar com esta avalanche de dados (*big data*) é crucial para o desenvolvimento e para a sobrevivência das organizações, que já reconhecem a informação como seu ativo primordial.

A situação não é diferente para os órgãos públicos, em especial quando tratamos da Administração Tributária: obrigações acessórias digitais, E-commerce, E-service, fintechs e transações eletrônicas. Neste contexto, a ciência de dados vem nos auxiliar com a aplicação de tecnologias, modelos e metodologias para capturar, armazenar, processar e cruzar informações, gerando valor para a arrecadação tributária.

São tantas fontes de dados, obrigações tributárias e contábeis, documentos fiscais eletrônicos e dados abertos que se tornou imperioso para os fiscos o desenvolvimento de competências de gestão e análise de dados entre seu corpo técnico e gerencial.

O Microsoft Power BI é a ferramenta líder do mercado de *Business Intelligence* devido a sua flexibilidade, ampla gama de conexões e interface fácil e intuitiva.

OBJETIVOS

- Inserir o participante no universo da ciência de dados de forma prática e contextualizada por meio da construção de projetos úteis e funcionais relacionados à administração tributária;
- Apresentar as funcionalidades, ferramentas e possibilidades da principal aplicação de análise de dados do mercado - Power BI (Desktop e On-line);
- Proporcionar a fluência em dados - habilidade de acessar, identificar e interpretar dados, extraiendo informações úteis para seu trabalho e para arrecadação;
- Demonstrar como a business intelligence (BI) pode ser aplicada ao setor público, em especial à gestão tributária;
- Apresentar fontes de dados (abertos e próprios) úteis para o planejamento e execução das auditorias e fiscalizações;
- Demonstrar aspectos gerais e rotinas da auditoria fiscal com o uso do sistema;
- Ensinar métodos de modelagem e apresentação de dados de forma simples, rápida e didática;
- Construir relatórios e painéis para cruzamento de dados relacionados à arrecadação e à fiscalização dos principais tributos municipais;
- Possibilitar autonomia na geração de informação e customização de relatórios – sem dependência da área de TI.

CARGA HORÁRIA E FORMATO

O curso será no formato presencial, com carga horária de 16 (dezesseis) horas/aula, realizadas em 02 dias consecutivos, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 hs.

PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

- Para participação no curso não é necessário conhecimento prévio da ferramenta, nem saber programar ou ter formação em TI, pois a ferramenta e metodologia utilizada será 100% prática, sem utilização de codificação (no code) e amigável ao usuário final.
- Os participantes devem usar seus próprios notebooks para praticarem as atividades do curso.
- Instalação do aplicativo Power BI Desktop (gratuito).
- Solicitar licença gratuita do Microsoft Fabric (opcional) - necessário para utilização do Power BI Online e para publicação dos painéis.

METODOLOGIA E MATERIAL DIDÁTICO

- Aula expositiva, visando despertar a interação e participação dos alunos no debate do conteúdo ensinado, aliando a teoria com diversos exemplos de situações práticas.
- Como material didático será fornecido - Apostila (resumo do conteúdo) em arquivo formato PDF.
- O conteúdo será ministrado de forma 100% prática e interativa por meio da construção de painéis/relatórios:

PROJETO A - Painel de análise de receitas:

- Identificação das principais fontes de receita do município;
- Classificação e análises das receitas;
- Evolução, medidas e comparativo entre receitas.

PROJETO B - Painel do Simples Nacional:

- Dados abertos;
- Quem são os optantes do SIMPLES do meu município;
- Qual o status de cada empresa;
- Análises sobre a base cadastral o SIMPLES;
- Painel customizado para cada município;
Pode ser utilizado na prática após o curso.

PROJETO C - Painel do ISS:

- Análise das principais atividade e prestadores;

- Avaliações de base de cálculo e deduções;
- Comparativo entre serviços tomados e prestados;
- Indícios para fiscalização;

PROJETO D - Painel DIMP - Cruzamento Financeiro X Fiscal X Contábil:

- Entendimento das bases;
- Carregamento dos dados;
- Cruzamento de informação;
- Planejamento da fiscalização;
- Relatórios de indícios fiscalizatórios.

PROJETO E - Painel do IPTU

- Características e tipologias;
- Utilização e metragem;
- Análise espacial;
- Relatórios sobre mapas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Apresentação do Power BI Desktop e Web - PBI.
- Etapas da análise de dados- entendimento prático e gradual da metodologia.
- Fonte de dados - onde obter e como obter informações relevantes para a administração tributária.
- Fonte de dados- principais conexões do PBI.
- Modelagem de dados.
- Tabelas fato e tabelas dimensão.
- Cardinalidade.
- Transformação de dados.
- Tipos de dados.
- Higienização e enriquecimento de dados.
- Relacionamento entre tabelas.
- Chaves primárias.
- Colunas calculadas.
- Criação de medidas.
- Principais funções DAX.
- Principais visuais do PBI.
- Importação de visuais adicionais.
- Formatações de visuais.
- Gerenciamento de relações.
- Drill Down e Roll Up.
- Temas e estilos.
- Publicação e compartilhamento dos dashboards.
- Potencial da ciência de dados e o incremento de novas tecnologias (inclusive IA).

CURSO Auditoria Fiscal Digital do ISS

com o ContÁgil Lite

Parte 1

INTRODUÇÃO NO USO DAS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA

O **ContÁgil Lite** foi desenvolvido pela Receita Federal com o objetivo de dotar as Administrações Tributárias dos diversos Entes de uma ferramenta tecnológica robusta capaz de alcançar a maximização dos seus resultados fiscais.

O **ContÁgil Lite** representa um grande avanço tecnológico em termos de auditoria fiscal, tendo em vista que muda radicalmente os procedimentos tradicionais de auditoria, com utilização de recursos digitais de diversas bases de dados, os quais são processados em rotinas internas de cruzamentos que possibilitam a identificação rápida e consistente de práticas de evasão e sonegação fiscal.

Através do Protocolo de Cooperação nº 10/2015 – X ENAT, os auditores fiscais municipais podem ter acesso ao sistema **ContÁgil Lite** e podem utilizar dos diversos benefícios dessa avançada ferramenta tecnológica de auditoria.

O **ContÁgil Lite** pode revolucionar a forma de trabalhar o ISS nos municípios, munindo as Administrações Tributárias municipais de informações relevantes e estratégicas que podem maximizar o resultado das suas ações fiscais, trazendo um melhor acompanhamento da conformidade tributária, seja através da arrecadação espontânea ou através de autuações fiscais com base em informações mais rápidas e confiáveis.

OBJETIVOS

- Apresentar as aplicações e funcionalidades do sistema **ContÁgil Lite**;
- Demonstrar os aspectos gerais e rotinas da auditoria fiscal com o uso do sistema;
- Orientar a fiscalização municipal a identificar fatos geradores do ISS, analisando os arquivos digitais dos contribuintes no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;
- Realizar importações de arquivos digitais SPED e tabelas que podem ser usadas para maximizar o planejamento das ações fiscais, relativas ao ISS;
- Demonstrar como podem ser feitos diversos cruzamentos de informações, a partir das importações contábeis e fiscais;
- Explicar, contabilmente, como o sistema consegue facilitar o entendimento dos fluxos contábeis;
- Realizar análise de casos que mostram descumprimentos de obrigações tributárias relativas ao ISS, a partir da identificação de lançamentos contábeis suspeitos;
- Apurar as diversas bases de cálculo do ISS, a partir da análise das Receitas de Prestação de Serviços.

CARGA HORÁRIA E FORMATO

O curso será no formato presencial, com carga horária de 16 (dezesseis) horas/aula, realizadas em 02 dias consecutivos, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 hs

PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

Para um melhor aproveitamento do treinamento sugere-se que:

- Os participantes estejam previamente habilitados a usarem o sistema **ContÁgil Lite** da Receita Federal do Brasil, conforme o Protocolo de Cooperação nº 10/2015 X – ENAT;
- Os participantes deverão usar os seus notebooks ou desktop (pessoal ou corporativo) para melhor acompanharem e aplicarem as atividades práticas, devendo estar instalado nos mesmos o aplicativo do sistema **ContÁgil Lite**.

OBSERVAÇÃO: *Cada participante deverá usar um notebook ou desktop, ou, no máximo, dois participantes por cada notebook ou desktop, em cada mesa (formato escolar).*

METODOLOGIA E MATERIAL DIDÁTICO

Aula expositiva, visando despertar a interação e participação dos alunos no debate do conteúdo ensinado, aliando a teoria com diversos exemplos de situações práticas.

Como material didático será fornecido:

Apostila (resumo do conteúdo) em arquivo formato PDF.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Apresentação do Sistema ContÁgil Lite.
- Importação de arquivos digitais SPED – ECD.
- Importação de arquivos digitais SPED – NFe.
- Tabela de Usuários para cruzamento de informações fiscais.
- Exemplo prático de cruzamento de informações fiscais com identificação de divergências de base de cálculo do ISS.
- Plano de Contas.
- Análise de Contas que constituem fato gerador do ISS.
- Gráfico de Fluxos Contábeis.
- Exemplos práticos de situações para identificar a sonegação do ISS.
- Balancetes, Livro Diário e Razão com e sem Contrapartidas.
- Modelo Analítico Dinâmico da Contabilidade - MAD Contábil.
- Análise Vertical e Horizontal.
- Demonstração do Resultado do Exercício - DRE.
- Importação, Análise e Conciliação de Extratos Bancários.
- Exemplo prático de conciliação bancária mostrando fato gerador do ISS.
- Análise de Nota Fiscal Eletrônica - NFe.

CURSO *Auditoria Fiscal Digital do ISS* com o *ContÁgil Lite*

Parte 2

PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DA AÇÃO FISCAL NA PRÁTICA



O **ContÁgil Lite** foi desenvolvido pela Receita Federal com o objetivo de dotar as Administrações Tributárias dos diversos Entes de uma ferramenta tecnológica robusta capaz de alcançar a maximização dos seus resultados fiscais.

O **ContÁgil Lite** representa um grande avanço tecnológico em termos de auditoria fiscal, tendo em vista que muda radicalmente os procedimentos tradicionais de auditoria, com utilização de recursos digitais de diversas bases de dados, os quais são processados em rotinas internas de cruzamentos que possibilitam a identificação rápida e consistente de práticas de evasão e sonegação fiscal.

Através do Protocolo de Cooperação nº 10/2015 – X ENAT, os auditores fiscais municipais podem ter acesso ao sistema **ContÁgil Lite** e podem utilizar dos diversos benefícios dessa avançada ferramenta tecnológica de auditoria.

O **ContÁgil Lite** pode revolucionar a forma de trabalhar o ISS nos municípios, munindo as Administrações Tributárias municipais de informações relevantes e estratégicas que podem maximizar o resultado das suas ações fiscais, trazendo um melhor acompanhamento da conformidade tributária, seja através da arrecadação espontânea ou através de autuações fiscais com base em informações mais rápidas e confiáveis.

OBJETIVOS

- Orientar no planejamento de ações fiscais relativas ao ISS, com o uso do sistema ContÁgil Lite;
- Auxiliar e orientar quanto a executar atividades de monitoramento fiscal, modelos de termos de intimação e notificações de lançamento, para fatos geradores obtidos com o uso do sistema;
- Orientar e auxiliar quanto a: Confeccionar Tabelas do Usuário com a composição das Bases de Cálculo do ISS, presentes na Escrituração Fiscal do Município, nos arquivos contábeis do SPE-D-ECD e as solicitadas através de Convênio com a União e/ou Estados;
- Cruzamentos de dados das Tabelas do Usuário para identificar divergências entre as Bases de Cálculo;
- Orientar em situações que evidenciem conformidade ou desconformidade com as normas tributárias gerais e específicas do Município, relativas aos fatos geradores do ISS, obtidos com o uso do sistema;
- Sanar as principais dúvidas dos auditores fiscais relativas ao uso da ferramenta ContÁgil Lite, no andamento das ações fiscais.

CARGA HORÁRIA E FORMATO

O treinamento será realizado na modalidade ONLINE – ao vivo, sendo transmitido aos participantes pela internet através de uma Plataforma de Videoconferência, no período, dias e horários previamente estabelecidos.

PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

- Os participantes devem estar habilitados a usarem o sistema **ContÁgil Lite**, conforme o Protocolo de Cooperação nº 10/2015 X – ENAT;
- Ter participado do curso de Auditoria Fiscal Digital do ISS com o sistema **ContÁgil Lite** (parte 1) e/ou já estarem trabalhando cotidianamente com o uso do sistema **ContÁgil Lite**.

METODOLOGIA

A Plataforma de Vídeo Conferência será o ambiente virtual onde ocorrerão as reuniões online ao vivo do treinamento.

Todas as orientações, esclarecimentos, informações, instruções e monitoria prestada aos participantes, ocorrerão exclusivamente nos dias e horários programados das reuniões online.

As reuniões online ao vivo do treinamento serão gravadas, sendo a mesma disponibilizada aos participantes, para revisão dos conteúdos, sendo que, quando tiverem como conteúdo qualquer exposição de dados dos contribuintes, por questões de segurança das informações, não serão gravadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Reunião inicial de apresentação, alinhamentos e planejamento das atividades;
- Esclarecimentos gerais de dúvidas sobre o uso e funções do sistema ContÁgil Lite;
- Auxiliar e orientar os participantes a realizarem os seguintes procedimentos: importações da Escrituração Municipal; importações dos arquivos digitais SPED; importações de bases externas como valores de cartões de crédito; Bases de Cálculo fornecidas por entes conveniados, dentre outras; diversos cruzamentos de informações que o sistema possibilita fazer, a fim de formar o Planejamento da Ação Fiscal;
- Esclarecimentos de dúvidas específicas sobre: funcionamento do Gráfico de Fluxos Contábeis; Plano de Contas; Balancetes; DRE; Conciliação Bancária; e Modelos Analíticos Dinâmicos da Contabilidade, das Notas Fiscais Eletrônicas e Geral, a fim de identificar os fatos geradores de ISS; 5. Acompanhar, monitorar e orientar as atividades planejadas;
- Orientar sobre argumentos e informações relevantes produzidas no monitoramento e fiscalização, com o uso do sistema;
- Conclusão e avaliação das atividades.



CURSO

Avaliação de Imóveis

para Fins Tributários

IPTU | ITBI

O IPTU e o ITBI são importantes impostos da competência municipal e devido a vários fatores não tem sido adequadamente explorados pelos entes municipais. O conhecimento dos principais aspectos teóricos e práticos possibilitará aos gestores municipais uma melhor administração e planejamento das ações e propostas relativas ao IPTU e ITBI, otimizando o aumento da arrecadação municipal de forma mais eficiente.

Por outro lado, a desatualização das avaliações de imóveis desenvolvidas para fins tributários tende a prejudicar o desempenho fiscal dos tributos imobiliários como uma importante fonte de receita própria dos municípios.

Dessa forma, é importante assegurar a equidade na distribuição da carga tributária e a confiança dos contribuintes no sistema tributário municipal, para tanto, é fundamental aprimorar o processo de avaliação dos imóveis que servem de base de cálculo para o IPTU e o ITBI, de forma que isso venha a se refletir no incremento da receita tributária municipal.

OBJETIVOS

- Capacitar os participantes quanto aos principais aspectos teóricos e práticos sobre a tributação e administração do IPTU/ITBI.
- Orientar para desenvolver atividades que possam aprimorar as rotinas internas e a legislação que envolvem a administração dos impostos.
- Orientar quanto à eficácia das ações fiscais e dos trabalhos visando o aumento da arrecadação.
- Capacitar sobre as noções essenciais relativas às técnicas de avaliação de imóveis para fins de tributação.

CARGA HORÁRIA E FORMATO

O treinamento será realizado na modalidade ONLINE – ao vivo, com 24 horas/aula, sendo transmitido ao participantes pela internet através de uma Plataforma de Videoconferência, no período, dias e horários previamente estabelecidos ou no formato presencial com 24 horas/aula.

PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

Não se aplica.

METODOLOGIA E MATERIAL DIDÁTICO

- Aula expositiva e participativa, com intercâmbio de discussões entre os instrutores e alunos.
- Apresentação de casos com exemplos práticos de forma a ajudar a consolidar o aprendizado do conteúdo.
- Aplicações práticas usando Excel e os softwares livres QGIS e Geoda.
- Apostila (resumo do conteúdo) em PDF.
- Apresentação com Slides em PowerPoint.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I – INTRODUÇÃO À TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA MUNICIPAL.

1. Os principais aspectos da tributação do IPTU:

Regra matriz de incidência. Aspecto material. Aspecto temporal. Aspecto espacial. Aspecto pessoal. Aspecto quantitativo. Fiscalidade e extra fiscalidade. Os Princípios Constitucionais aplicáveis.

2. Os principais aspectos da tributação do ITBI:

Regra matriz de incidência. Aspecto material. Aspecto temporal. Aspecto espacial. Aspecto pessoal. Aspecto quantitativo.

3. Cadastro Imobiliário municipal:

Conceito e noções básicas. Funções e manutenção do Cadastro Imobiliário. Cadastramento e recadastramento imobiliário. As informações cadastrais e sua importância na metodologia avaliatória. As Diretrizes do Cadastro Territorial Multifinalitário (Portaria 3242/2022). O SINTER e o CIB – Cadastro Imobiliário Brasileiro.

Módulo II – METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA FINS TRIBUTÁRIOS.

5. Economia urbana e o mercado imobiliário:

Conceito de distância e sua influência na análise econômica. Centralidade. Acessibilidade e custos de transporte.

6. Avaliação: conceitos e finalidades:

Conceitos. Tipos de avaliação: individual e

em massa. Finalidades da avaliação. Preço, custo e valor.

7. Observatório de Valores Imobiliários:

Conceito e finalidades. Fontes de dados e como estruturar o Observatório de Valores: coleta, armazenamento e análise das ofertas/transações imobiliárias de mercado e acompanhamento de indicadores relevantes.

8. Estatística básica aplicada em metodologias de avaliação:

- Média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de variação.
- Histograma.
- Distribuição normal e lognormal.
- Correlação.
- Técnicas de saneamento de dados.

9. Análise exploratória espacial de dados de mercado:

- Visualização de dados espaciais com QGIS e Geoda. Autocorrelação espacial.
- Uso das ferramentas de geotecnologias nas avaliações em massa.

10. Normas Técnicas sobre Avaliação:

ABNT NBR 14653 - Parte 1: procedimentos gerais e Parte 2: avaliação de imóveis urbanos.

11. Método Comparativo Direto de Dados de Mercado.

- Tratamento por Fatores.
- Tratamento Científico.
- Introdução à análise de regressão linear.

12. Método Evolutivo

- Custo de reprodução e de reedição.
- Custo Unitário Básico (CUB).
- Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI - CEF).
- Descrição e caracterização das Edificações.
- Depreciação das benfeitorias (metodologia de Ross-Heidecke).

13. Técnicas de elaboração de Plantas Genéricas de Valores – PGV:

Conceitos e finalidades. As principais características da PGV. Aplicação do método da avaliação em massa. O planejamento do trabalho. Etapas e procedimentos. Alternativas para a simplificação

da metodologia de avaliação. As fontes de informação de valores: a utilização das declarações do ITBI e as ofertas do mercado imobiliário. Utilização das informações do cadastro imobiliário.

14. Diretrizes normativas aplicável:

Legislação e jurisprudência aplicável à tributação imobiliária.

Módulo III - APLICAÇÕES PRÁTICAS EM MODELOS DE AVALIAÇÕES:

Demonstrações e aplicações práticas usando Excel e os softwares livres QGIS e Geoda.



CURSO

Como fiscalizar o ISS NA PRÁTICA

Com o crescimento, modernização e diversificação das atividades de prestação de serviços torna-se cada vez mais necessário que o fisco municipal também aprimore as suas técnicas e procedimentos de inteligência fiscal, buscando eficiência, otimização de recursos, melhoria da qualidade do lançamento do crédito tributário e por consequência o incremento da arrecadação.

OBJETIVOS

Capacitar para a realização das atividades de planejamento e práticas de fiscalização perante os contribuintes do ISS.

Demonstrar como planejar a fiscalização; selecionar os principais papéis de trabalho e as informações básicas necessárias; apresentar os procedimentos e técnicas mais adequados para cada tipo de atividade de serviços; orientar sobre a solução de problemas comumente encontrados nos procedimentos de fiscalização.

CARGA HORÁRIA E FORMATO

O treinamento será realizado na modalidade ONLINE – ao vivo, com duração de 16 (dezesseis) horas/aula, sendo transmitido aos participantes pela internet através de uma Plataforma de Videoconferência, no período, dias e horários previamente estabelecidos.

PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

Não se aplica.

METODOLOGIA

A Plataforma de Vídeo Conferência será o ambiente virtual onde ocorrerão as aulas online ao vivo do treinamento. As aulas serão gravadas e disponibilizadas aos participantes, após a finalização do treinamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Planejamento da fiscalização:

- Seleção dos contribuintes e o foco da fiscalização.

2. Papéis de trabalho e informações básicas:

- Os papéis de trabalho a serem usados.
- As principais informações econômico-fiscais.

3. Procedimentos e técnicas de fiscalização aplicadas nas seguintes atividades:

- Leasing e Locação de Bens.
- Instituições Financeiras.
- Educação.
- Hospedagem.
- Saúde.
- Construção Civil.
- Diversões Públicas.
- Publicidade e Propaganda.
- Manutenção de Equipamentos.



CURSO

Como fazer a Fiscalização Municipal no SIMPLES NACIONAL

S SIMPLES

O Simples Nacional vem passando por mudanças constantes em razão dos efeitos da Lei Complementar 155/2016. Sendo assim, torna-se fundamental que os agentes fiscais e gestores da administração tributária municipal conheçam cada vez mais o Simples Nacional e todas as suas recentes alterações, para que possam além de adequar as rotinas internas de trabalho, ampliar a eficiência da arrecadação do ISS no Simples Nacional.

O SEFISC, por sua vez, é um sistema eletrônico criado para que as administrações tributárias possam desenvolver as atividades de fiscalização, lançamento e contencioso de seus tributos dentro do Simples Nacional. Sendo assim, é também de fundamental importância para os agentes fiscais e gestores das administrações tributárias municipais saber como utilizar essa ferramenta, ou seja, saber na prática quais são as funcionalidades do SEFISC, como preparar a ação fiscal, como efetuar o lançamento do crédito tributário, como fazer o auto de infração e a notificação fiscal, e ainda como fazer controle do contencioso administrativo fiscal.

OBJETIVOS

- Capacitar os participantes a conhecer os principais elementos componentes do Simples Nacional relacionados com a área de interesse do Município.
- Analisar, discutir e compreender a legislação do Simples Nacional e seus reflexos na arrecadação municipal.
- Apresentar as principais funcionalidades do sistema e outros aplicativos do Portal do Simples Nacional.
- Demonstrar e orientar como efetuar a fiscalização municipal dentro do Simples Nacional com a utilização do SEFISC e outros aplicativos do Portal do Simples Nacional.

CARGA HORÁRIA E FORMATO

O curso será no formato presencial, com carga horária de 16 (dezesseis) horas/aula, realizadas em 02 dias consecutivos, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 hs.

PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

Não se aplica.

METODOLOGIA E MATERIAL DIDÁTICO

Aula expositiva, visando despertar a interação e participação dos alunos no debate do conteúdo ensinado, aliando a teoria com diversos exemplos de situações práticas.

Como material didático será fornecido: Apostila (resumo do conteúdo) em arquivo no formato PDF.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte I – Geral: noções básicas.

- O Simples Nacional e suas principais características:
 - Breve histórico.
 - Características do Simples Nacional.
 - Abrangência do Simples Nacional.
 - Créditos de tributos abrangidos pelo Simples Nacional.
- Definição de microempresa e de empresa de pequeno porte.
- Períodos e efeitos da opção pelo Simples Nacional.
- Vedações ao ingresso ao Simples Nacional.
- Cálculo dos valores devidos no Simples Nacional:
 - Obrigações fiscais acessórias.
 - Livro caixa e documentário fiscal.
 - Regime de caixa e competência.
 - O PGDAS-D e suas características: Análise, Confissão de dívida e constituição do Crédito Tributário.
 - A geração para pagamento (total e parcial) e Segregação de Receitas.

Parte II – Prática: Como utilizar os aplicativos do Portal do SIMPLES NACIONAL.

- Parametrizações e Habilitações.
- Aplicativo de opção.
- Domicílio Tributário Eletrônico – DTE:
 - Habilitação e perfil.
 - Acesso.
 - Funcionalidades.
 - Enviar mensagens.
 - Modelos de mensagens.
- Malha PGDAS-D:
 - Parametrização da Malha PGDAS-D.
 - Funcionalidades.
 - Conceitos importantes.
 - Trabalhar a Malha PGDAS-D.
 - Contencioso da malha.

- Exclusão do Simples Nacional:
 - Legislação.
 - Motivos de exclusão.
 - Efeitos da Exclusão.
 - Cuidados.
 - Termos de exclusão.
 - Contencioso do termo de exclusão.
 - Registro no portal no Portal do Simples Nacional.

Parte III – Prática: Como fazer a fiscalização municipal no Simples Nacional.

- A Fiscalização no Simples Nacional.
- Registro da ação fiscal:
 - Obrigatoriedade do registro.
- Infrações no Simples Nacional:
 - Omissão de Receitas (OMR).
 - Diferença da Base de Cálculo (DBC).
 - Segregação Incorreta de Receita (SIR).
- Penalidades e aplicação de multas:
 - Percentuais aplicáveis.
- Agravamento pelo embaraço e pela sonegação, a fraude e o conluio.
 - Uso do auto de infração do Município.
 - Contencioso do auto de infração do Município.
 - Inscrição do crédito tributário – AI Município.
 - Embaraço à ação fiscal.
- Situações práticas reiteradas.

Parte IV – Fiscalização para autorregularização:

- Autorregularização.
- Termo de autorregularização.
- Objetivo da autorregularização.
- Vantagens da autorregularização.
- Cuidados.
- Tipos mais comuns.

Parte V – Convênio com a PGFN:

- Comunicado CGSN/SE nº 15, de 9 de maio de 2019 - Convênio com a PGFN - atualizado em 12/01/2022.
- Inscrição na dívida da PGFN.
- Manual de celebração de convênio.
- Minuta de convênio.
- Minuta do termo de denúncia unilateral.
- Cuidados.

CURSO

SEFISC: como fazer a fiscalização municipal no S SIMPLS NACIONAL

no



SIMPLS
NACIONAL

O SEFISC é um sistema eletrônico criado para que as administrações tributárias possam desenvolver as atividades de fiscalização, lançamento e contencioso de seus tributos dentro do Simples Nacional. Sendo assim, é de fundamental importância para os agentes fiscais e gestores das administrações tributárias municipais saber como utilizar essa ferramenta, ou seja, saber na prática quais são as funcionalidades do SEFISC, como preparar a ação fiscal, como efetuar o lançamento do crédito tributário, como fazer o auto de infração e a notificação fiscal, e ainda como fazer o controle do contencioso administrativo fiscal.

OBJETIVO GERAL

Apresentar aos participantes as principais funcionalidades do SEFISC.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Demonstrar como efetuar a fiscalização municipal dentro do Simples Nacional com a utilização do SEFISC.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte I – Geral: noções básicas.

- O Simples Nacional e suas principais características.
- Obrigações Acessórias.
- Livro caixa e documentário fiscal.
- Regime de caixa e competência.
- Infrações no Simples Nacional.
- Omissão de Receitas (OMR).
- Diferença de Base de Cálculo (DBC).
- Segregação Incorreta de Receita (SIR).
- Penalidades e aplicação de multas.
- Percentuais aplicáveis.
- Agravamento pelo embaraço e pela sonegação, a fraude e o conluio.

- O PGDAS-D e suas características.
- Análise.
- Confissão de dívida e constituição do Crédito Tributário.
- A geração para pagamento (total e parcial) e Segregação de Receitas.
- O Novo Regulamento do SN - Resolução CGSN 140/2018.

Parte II – Prática - Como fazer a fiscalização municipal no Simples Nacional.

- Resoluções do CGSN relativas ao SEFISC.
- Funcionalidades e habilitação.
- Obrigatoriedade e vigências.
- Como elaborar passo a passo a Ação Fiscal.
- O Auto de Infração e Notificação Fiscal do Simples Nacional (AINF) e o Contencioso.
- Apresentação e visita ao website do “Portal do Simples Nacional” e exploração de seus aplicativos.
- Análise e resolução de casos práticos de apuração e lançamento do crédito tributário apurado na forma do Simples Nacional.



CURSO

Como usar o SPED na Fiscalização Municipal

Com o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital surge uma nova forma muito mais ágil, moderna e eficiente dos contribuintes disponibilizarem a sua escrituração fiscal e contábil ao fisco, em substituição aos antigos livros em formato físico de papel. Sendo assim, torna-se imprescindível que as Administrações Tributárias e, em especial os Auditores Fiscais, no seu mister fiscalizatório passem a conhecer e a utilizar o SPED como uma ferramenta para executar seu trabalho e apurar a veracidade e consistência das informações prestadas pelos contribuintes.

OBJETIVOS

- Apresentar a nova forma de escrituração contábil dos contribuintes dentro do SPED - Sistema de Escrituração Pública Digital.
- Capacitar os participantes para utilizarem esse novo sistema no seu mister fiscalizatório, especialmente para:
- Conhecer os procedimentos técnicos e demais formalidades a serem observados pelos profissionais de Contabilidade quando da realização da escrituração contábil em forma digital e do Imposto de Renda PJ;
- Baixar no PVA da Receita Federal-SPED o módulo e compreender os campos do SPED ECD e EFD;
- Executar na prática uma auditoria com um SPED/ECD real, para identificar na contabilidade as contas do Plano de Contas, Balancetes e razão contábil de interesse da auditoria fiscal municipal.

CARGA HORÁRIA E FORMATO

O curso será no FORMATO ONLINE ao vivo, com carga horária de 12:00 horas/aula. No horário das 08:00 às 12:00, no primeiro dia e das 08:00 às 12:00 no segundo dia.

PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

Não se aplica.

METODOLOGIA E MATERIAL DIDÁTICO

- Aula expositiva e participativa, com intercâmbio de discussões entre os instrutores e alunos.
- Apresentação de casos com exemplos práticos de forma a ajudar a consolidar o aprendizado do conteúdo.
- Apostila (resumo do conteúdo) em PDF.
- Apresentação com Slides em PowerPoint.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I - Conhecendo a norma geral do SPED:

- Conceito e finalidades.
- Norma de regência.
- Tipos de SPED (Fiscal e Contábil).

MÓDULO II – A ECD – Escrituração Contábil Digital (SPED Contábil):

- Conceito.
- Pessoas Jurídicas obrigadas a entregar o SPED Contábil.
- Obrigações Acessórias dispensadas no caso de transmissão da Escrituração Via SPED.
- Prazos para apresentação dos Livros Digitais.
- Livros abrangidos pelo SPED Contábil.
- Autenticação dos Livros Digitais.
- Assinatura do Livro Digital.
- Livro Digital extraviado ou corrompido.
- Plano de Contas Referencial para o SPED Contábil.
- Consulta da Situação da ECD.
- Pessoas Jurídicas registradas em Cartório.

- Leiautes do Arquivo SPED Contábil.
- Multa por atraso na entrega da ECD.
- Blocos do Arquivo ECD.
- Escrituração: a importação do arquivo TXT- Abrir Escrituração.
- Escrituração: utilizando o Programa.
- Registro I051: Plano de Contas Referencial.
- Registro J005: Demonstrações Contábeis.

MÓDULO III – O SPED contábil na prática:

- Atividade prática na sala de treinamento com o passo a passo do SPED Contábil.



CURSO O Processo Administrativo Fiscal Municipal

O Processo Administrativo Fiscal nos municípios cada vez mais ganha importância, em virtude das impugnações e recursos impetrados pelos contribuintes quando estes exercem o seu Direito ao Contraditório e a ampla defesa em relação com o crédito tributário lançado pela Administração, principalmente os decorrentes de Auto de Infração e Notificação Fiscal de Lançamento, perante o Conselho Municipal de Tributos – CMT.

OBJETIVOS

- Apresentar os aspectos mais relevantes relacionados com o Processo Administrativo Fiscal – PAF;
- Analisar a estrutura do Processo Administrativo Fiscal – PAF no âmbito municipal;
- Proporcionar uma visão geral do PAF, permitindo a sua aplicação na prática em relação aos tributos municipais;
- Analisar e discutir aplicação da legislação pertinente aos tributos municipais no caso concreto de um PAF, preparando os participantes a enfrentar e resolver as questões tributárias surgidas no cotidiano da Administração Tributária.

CARGA HORÁRIA E FORMATO

O curso será no **FORMATO PRESENCIAL**, com carga horária de 12 horas/aula. No horário das 08 às 12 horas e das 14 às 18 horas no primeiro dia e das 08 às 12 horas, no segundo dia.

PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

Não se aplica

METODOLOGIA E MATERIAL DIDÁTICO

- Aula expositiva e participativa, com intercâmbio de discussões entre os instrutores e alunos.
- Apresentação de casos com exemplos práticos de forma a ajudar a consolidar o aprendizado do conteúdo.
- Apostila (resumo do conteúdo) em PDF.
- Apresentação com Slides em PowerPoint.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I – Noções gerais do Processo Administrativo Fiscal – PAF:

- Conceito e importância do Conselho de Julgamento Fiscal.
- O Papel Constitucional dos Conselhos Administrativos.
- O CMT Municipal: estrutura e suas funções.
- O Início do PAF: Quando se inicia o Processo Administrativo Fiscal – PAF? - Via NFL/AUTO, e só o Administrativo.
- A quem compete a iniciativa do PAF: é da Fazenda-PM / Contribuinte - CARF/DRJ - CONSEF CRF?
- O Papel do Auditor Fiscal nos processos com e sem defesa/ impugnação/recurso.
- A Obrigaçāo de combater os todos os pontos da defesa/impugnação/recursos/perícia.
- O Papel do Julgador/Conselheiro.
- O Papel do Procurador no CRF.
- O princípio do contraditório e da ampla defesa no PAF.

- A busca da verdade material/possível.
- As diligências produzidas pelos Relatores, Procuradores (para o Auditor Fiscal; Coordenação e Setores Adm. - CRF).
- A Importância da perícia no processo (a quesitação; conhecimento das partes; não resposta).
- O Livre convencimento dos Julgadores.
- O Julgamento Final do processo Adm. Fiscal: As decisões do CRF.
- O Encaminhamento para CDA e o possível retorno ao CRF:
 - Inscrição em Dívida Ativa.
 - Correção de erro material.
 - Reabertura de instância.
 - Correção de Julgamento etc.

MÓDULO II – Atividade prática sobre o PAF:

- Análise e discussão específica dos principais aspectos do PAF do Município.



O Processo Judicial Tributário

Todos aqueles que atuam no fisco municipal em geral, os gestores da administração tributária e outros profissionais que atuam na esfera da tributação municipal, devem conhecer as principais ações e medidas que podem ser impostas pelo município para a cobrança dos seus tributos na esfera judicial e também as ações que podem ser intentadas pelos contribuintes na sua defesa. Além disso, é de fundamental importância o conhecimento dos principais ilícitos, fraudes e crimes tributários, para que possam agir preventivamente no combate dos mesmos.

OBJETIVO GERAL

Apresentar os principais aspectos e características do Processo Judicial e Penal Tributário.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analizar os principais tipos de ações judiciais utilizadas no âmbito tributário e os principais tipos de crimes tributários.

CARGA HORÁRIA

08 horas/aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I – Execução Fiscal e defesa do contribuinte na execução:

- Conceito, características, prazos e fases da execução fiscal.
- Defesa do contribuinte: Embargos à execução fiscal. Exceção de pré-executividade. Ação anulatória de débito fiscal. Ação declaratória. Mandado de segurança. Ação de consignação em pagamento. Ação de repetição de indébito.

MÓDULO II – Ilícto e crimes tributários:

- Ilícto tributário: generalidades, fraude tributária, infrações e penalidades. Denúncia e representação.
- Crimes tributários: conceito, princípios e elementos. Crimes praticados por particulares e crimes cometidos por funcionários públicos.
- Crimes essencialmente tributários: sonegação, contrabando, descaminho, excesso de exação, falsificação de títulos e papéis públicos.
- Crimes circunstancialmente tributários: corrupção ativa e passiva, advocacia administrativa, violação do sigilo funcional, concussão, peculato, desacato e prevaricação.
- Crimes tributários por extensão legal: crime fiscal e prisão por dívida. Sanções judiciais.



CURSO Teoria e Prática do IPTU

O IPTU é um dos mais importantes impostos da competência municipal e devido a vários fatores não tem sido adequadamente explorado pelos entes municipais. Portanto, o conhecimento dos principais aspectos teóricos e práticos sobre o imposto possibilitará aos gestores municipais uma melhor administração e planejamento das ações relativas ao IPTU, proporcionando o aumento da arrecadação municipal de forma mais eficiente e justa.

OBJETIVO GERAL

Capacitar os participantes quanto aos principais aspectos teóricos e práticos sobre a tributação e administração do IPTU.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Qualificar para ações fiscais e projetos que possam aprimorar as rotinas internas que envolvem a administração do imposto; orientar quanto à eficácia das ações fiscais e dos projetos visando o aumento da arrecadação do IPTU.

CARGA HORÁRIA

08 horas/aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I – Os principais aspectos da tributação do IPTU:

- Evolução da tributação imobiliária no Brasil.
- Regra matriz de incidência tributária do IPTU.
- Critério material.
- Critério temporal.
- Critério espacial.
- Critério Quantitativo.
- Fiscalidade e extra fiscalidade do IPTU.

MÓDULO II – Os Princípios Constitucionais aplicáveis:

- Princípio da legalidade.
- Princípio da anterioridade.
- Princípio da vedação de confisco.

- Princípio da igualdade.
- Princípio da capacidade contributiva.
- Princípio da progressividade.

MÓDULO III – A Jurisprudência relativa ao IPTU:

- A principal jurisprudência do STJ e STF relativas ao IPTU.

MÓDULO IV - O CADASTRO IMOBILIÁRIO:

- Conceito e noções básicas.
- As funções do cadastro.
- Técnicas aplicáveis.
- A manutenção do Cadastro Imobiliário.
- Cadastramento e recadastramento imobiliário.

MÓDULO V - A PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV:

- Conceito e noções básicas.

MÓDULO VI - AS GEOTECNOLOGIAS NA TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA.

- Noções básicas do uso das ferramentas de geotecnologias na tributação imobiliária.

MÓDULO VII – PRÁTICA SOBRE O PLANEJAMENTO E A FISCALIZAÇÃO:

- Como planejar a fiscalização e Aspectos práticos da fiscalização.



CURSO

Como elaborar a Planta Genérica de Valores em seu município

O IPTU é um dos mais importantes impostos da competência municipal e a Planta Genérica de Valores – PGV é o principal instrumento técnico utilizado para promover a atualização da base de cálculo e o incremento da arrecadação do imposto. Sendo assim, é de fundamental importância o conhecimento sobre os critérios e normas técnicas aplicáveis e a metodologia para a sua elaboração de acordo com a realidade de cada município.

OBJETIVO GERAL

Capacitar os participantes sobre os critérios e normas técnicas aplicáveis e a metodologia de elaboração da PGV.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Apresentar noções essenciais da metodologia de como elaborar uma PGV, adaptável à realidade de cada município.

CARGA HORÁRIA

08 horas/aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I – Noções gerais sobre a Planta Genérica de Valores – PGV:

- Conceitos e finalidades.
- O Método da Avaliação em Massa.
- O Cadastro imobiliário e sua importância.
- Fontes de informação e os indicadores do mercado imobiliário.
- Obstáculos políticos e jurídicos na atualização da PGV.
- A Jurisprudência do STJ e STF relativas a PGV.

MÓDULO II – Metodologia de elaboração da PGV na prática:

- O planejamento do trabalho.
- Etapas e procedimentos.
- A legislação aplicável.
- As normas técnicas e os métodos avaliatórios aplicáveis.
- As fontes e pesquisa de valores de mercado.
- Utilização das informações do cadastro imobiliário.
- Uso das ferramentas de geotecnologias.

CURSO Teoria e Prática do ITBI



O ITBI é um dos principais tributos imobiliários do Brasil e a sua competência recai sobre os municípios. Trata-se de um imposto que possui uma grande potencial de crescimento se for bem administrado pelo ente municipal. Sendo assim, é fundamental que o fisco municipal esteja cada vez mais atualizado sobre os principais aspectos que envolvem esse tributo.

OBJETIVO GERAL

Capacitar os participantes para compreenderem a sistemática do lançamento e da cobrança do ITBI.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os principais aspectos sobre a incidência e não-incidência do imposto;
- Analisar e discutir os mais atuais temas da doutrina e da jurisprudência;
- Identificar e discutir os principais problemas para a fiscalização, lançamento e sua cobrança.

CARGA HORÁRIA

08 horas/aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Breve evolução normativa do ITBI.
- Fato Gerador.
- Hipóteses de Incidência.
- Aspecto material.
- Aspecto temporal: o momento da ocorrência do fato gerador.
- Aspecto espacial: o local da ocorrência do fato imponível.
- Aspecto pessoal: Sujeito ativo; Sujeito passivo.
- Desonerações: imunidade; Não incidência; e isenções.
- Base de Cálculo e Alíquotas.
- Natureza do Lançamento.
- Pagamento e Restituição.
- Promessa de Compra e Venda de imóvel para entrega futura.
- A jurisprudência mais recente em matéria do ITBI.



CURSO

Conhecendo melhor as Finanças Municipais

Conhecer cada vez melhor as finanças municipais, as fontes de suas receitas e as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem se tornado um grande diferencial para a boa gestão fiscal municipal.

OBJETIVO GERAL

Capacitar para o conhecimento sobre as finanças municipais e apresentar exemplos de políticas públicas para maximizá-las.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as receitas municipais, bem como o seu comportamento nos últimos exercícios;
- Identificar as receitas próprias e as transferências constitucionais e o papel da auditoria fiscal em relação às mesmas. Discutir sobre exemplos de políticas públicas voltadas para melhoria da receita municipal; analisar as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal e os seus efeitos sobre a receita municipal.

CARGA HORÁRIA

08 horas/aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I – Noções Gerais das Receitas Municipais:

Receitas:

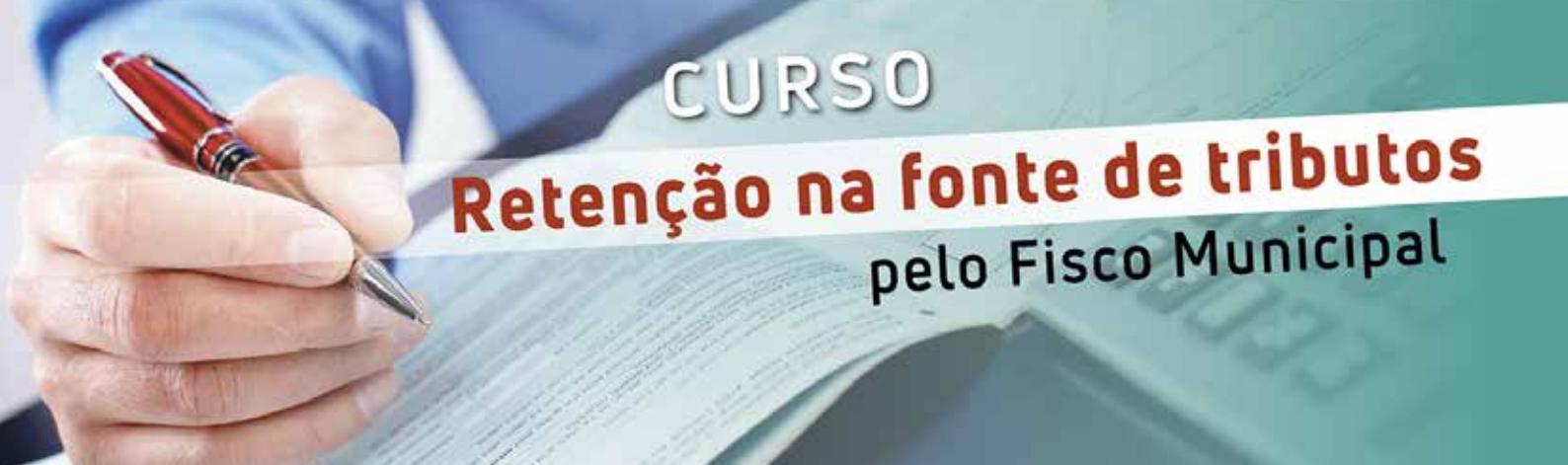
- Conceito.
- Classificação.
- Fontes de Receita

MÓDULO II – Conhecendo as principais receitas Municipais:

- Própria.
- As Transferências Constitucionais.
- O comportamento da Receita municipal.
- O papel da auditoria nas receitas próprias e nas de transferências constitucionais.
- Políticas Públicas para maximizar receitas.

MÓDULO III – A Lei de Responsabilidade fiscal e a receita municipal.

- A exploração do potencial da receita própria municipal.
- O controle da despesa.
- As prestações de contas.



CURSO

Retenção na fonte de tributos pelo Fisco Municipal

Trata-se de curso na maior importância para os gestores e a fiscalização tributária municipal pelo fato de apresentar todas as principais hipóteses e critérios legais para efetuar-se a retenção na fonte de tributos pelo fisco municipal, tais como o próprio ISS e até tributos federais como as contribuições previdenciárias, o IRRF e a CSLL/PIS/COFINS. Cuida-se, portanto, de prevenir o cometimento de erros e omissões que podem gerar infrações à legislação e até mesmo a perda de recursos.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o corpo técnico do Município para o aperfeiçoamento das rotinas fiscais e procedimentos administrativos necessários para o controle, fiscalização e acompanhamento das retenções na fonte e recolhimentos dos tributos federais e municipais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Capacitar para possam diante de situações concretas, efetuar as necessárias análises de contratos e documentos fiscais e realizarem a devida identificação da matéria tributável e efetuar a correta retenção na fonte e recolhimento dos tributos.

CARGA HORÁRIA

08 horas/aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Retenção na Fonte do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

- Conceitos:
 - Situações em que não deve ocorrer a retenção;
 - Imunidade;
 - Não Incidência;
 - Isenções;
 - Sociedade Uniprofissional;
 - Autônomo Cadastrado.
- Local da Incidência e os conflitos de competência a luz do disposto nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 116/2003.
- Inovações da LC 116/2003 advindas da LC 157/2016.
- Base de Cálculo.

- Alíquotas.
- A retenção do ISSQN das empresas optantes do Simples Nacional.
- Aplicação prática com base em situações envolvendo o ISSQN e o Simples Nacional.

Retenções Previdenciárias:

- Retenções de pessoas físicas.
- Retenções de transportador autônomo – SEST/SENAT.
- Múltiplos Vínculos.
- Retenções das empresas:
 - Análise dos 3 fatores: quando é devida a retenção, quando é dispensada, quando há dedução da base de cálculo;
 - Apuração da base de cálculo;
 - Empresas optantes pelo Simples Nacional;
 - Retenções na Construção Civil;
 - Demais Serviços envolvendo Mão de Obra;
 - Solidariedade e Elisão;
 - Prazo para recolhimento e códigos de GPS 2;
 - Aplicação prática com base em situações envolvendo as Retenções Previdenciárias.

O IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte das Pessoas Físicas e Jurídicas:

- Base legal.
- Rendimentos de empregados, autônomos, alugueis e outros.
- Tabela aplicável.
- Deduções permitidas.
- Dependentes.
- Prazo para recolhimento e código do DARF.
- RRA – Rendimentos Recebidos Acumuladamente.
- Aplicação prática com base em situações envolvendo o IRRF.

Retenções de CSLL/PIS/COFINS:

- Base legal e Regras para retenções no âmbito federal, estadual e municipal.
- Prazos e códigos de DARF para recolhimento.
- Tabela de retenções.
- Empresas do Simples Nacional.
- Serviços sujeitos à retenção.
- Dispensa da retenção.
- Aplicação prática com base em situações envolvendo a CSLL/PIS/COFINS.

Procedimentos fiscais e administrativos:

- Rotinas fiscais e administrativas para o controle, fiscalização e acompanhamento das retenções.

CURSO

As Normas Gerais de Direito Tributário no CTN



Implementar ações na área fiscal-fazendária requer conhecimentos específicos básicos e constante atualização. Somente com o conhecimento, as ações surgem e são implantadas com o devido embasamento legal, otimizando as atividades da Administração Fazendária, resultando em incremento efetivo da arrecadação.

OBJETIVO GERAL

Promover uma atualização do público-alvo no que concerne às normas gerais do Direito Tributário. Incitar o debate acerca das decisões judiciais sobre o tema e visualizar a repercussão delas sobre o trabalho do fisco municipal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

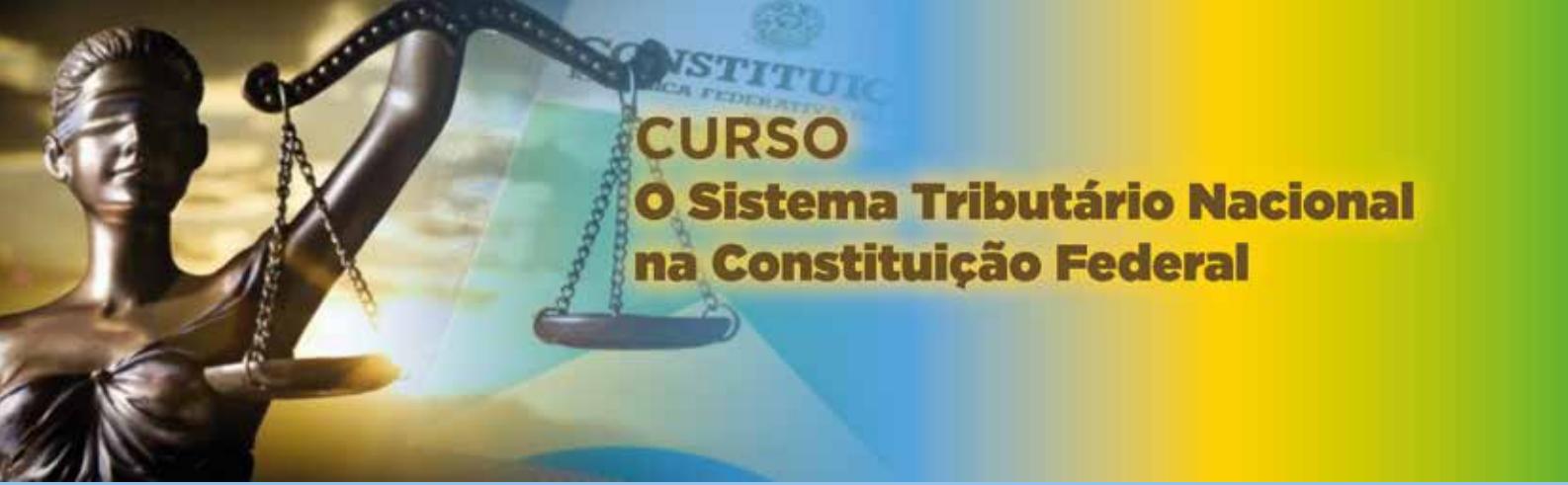
Capacitar agentes públicos para o planejamento tributário consistente, que resulte em efetivas ações que culminem em aumento da arrecadação, lastreado pelo embasamento técnico que minimize demandas judiciais.

CARGA HORÁRIA

08 horas/aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Tributos (Impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais).
- Legislação Tributária (fontes, vigência, aplicação, interpretação e integração)
- Relação Jurídico-Tributária (fato gerador, obrigações tributárias, sujeito ativo e sujeito passivo).
- Crédito Tributário – Lançamento e alterações do Crédito Tributário (suspensão, extinção e exclusão). Garantias e privilégios do Crédito Tributário.
- Administração Tributária – Fiscalização, Dívida Ativa e Certidão Negativa.



Implementar ações na área fiscal-fazendária requer conhecimentos específicos básicos e constante atualização. Somente com o conhecimento, as ações surgem e são implantadas com o devido embasamento legal, otimizando as atividades da Administração Fazendária, resultando num incremento efetivo da arrecadação.

OBJETIVO GERAL

Promover uma atualização do público-alvo no que concerne às normas gerais do Direito Tributário referentes às competências tributárias e às limitações ao poder de tributar. Incitar o debate acerca das decisões judiciais sobre o tema e visualizar a repercussão delas sobre o trabalho do fisco municipal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Capacitar agentes públicos para o planejamento tributário consistente, que resulte em efetivas ações que culminem em aumento da arrecadação, lastreado pelo embasamento técnico que minimize demandas judiciais.

CARGA HORÁRIA

08 horas/aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Sistema Constitucional Tributário.
- Competência privativa.
- Competência comum.
- Competência residual.
- Competência extraordinária.
- Competência cumulativa.
- Impostos da União.
- Impostos dos Estados e do Distrito Federal.
- Impostos dos Municípios.
- Delegação de competência.
- Repartição de Receitas Tributárias.
- Limitações ao Poder de Tributar – Princípios Constitucionais Tributários.
- Limitações ao Poder de Tributar – Imunidades.

